

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2022 a 30/06/2022

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/9

76.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 02/06/2022-09:28
Publ.: DCD 03/06/2022 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Urgente realização da reforma tributária.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.Sras. e Srs. Parlamentares, todos que nos assistem, a reforma tributária é inadiável. Ela deve ser feita para confrontar este sistema injusto. Para quem e para que a reforma tributária precisa ser aprovada? Para os empoderados e endinheirados é certo que não. Para a classe média, para os menos abastados, para o empregador, para quem consome e para os pobres é certo que sim.

Precisamos de uma reforma tributária corajosa, profunda, honesta, justa. Ela tem que ser corajosa para combater as desigualdades; profunda para enfrentar a regressividade que penaliza os mais pobres; honesta para agregar ao bolo tributário os que podem mais por terem mais, e aqui se fala dos milionários e bilionários, que proporcionalmente contribuem menos do que os assalariados da classe média e os pobres; justa para confrontar o sistema tributário complexo, burocrático, intrincado e concentrador de renda.

A reforma tributária só não avança porque quem está se beneficiando dela, deste sistema tributário ruim e perverso, não permite e faz *lobby* aqui dentro, pressiona Parlamentares, constrange Deputados e Senadores, que cedem porque são fracos e não resistem.

Mas o atual sistema tributário corrói o sistema produtivo, degrada e corrompe a relação de pertencimento e confiança entre Estado e contribuinte, porque não há quem se conforme com tantos tributos exigidos em relação aos serviços públicos prestados. E a cidadania se sente explorada, sugada, enganada, porque, na hora que o tributo

chega a casa ou à empresa pelo boleto, o sistema funciona. Isso é Incrível! Mas, na hora da segurança dos nossos filhos, da saúde para as nossas famílias, das moradias e do saneamento que não existem, o sistema falha, e falha miseravelmente.

Esta legislatura, Sr. Presidente, ficará em débito com o povo se continuar retardando a reforma tributária. Isso porque aqui deveria ecoar a voz do desespero daqueles que pouco têm e que estão pagando pelos que têm milhões e bilhões em suas contas. Jamais deveria ecoar aqui um sussurro macio, mais ofídico e venenoso daqueles que lucram com a desigualdade. A injustiça desse sistema tributário está nós empurrando para o abismo.

E eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo a sua generosidade e conclamando todos os Parlamentares para reagirmos enquanto a história nos permite estar aqui. Tenhamos coragem e consciência de que não estamos Deputados para agradar este ou aquele setor, mas para fazer o que é certo, o que é justo, o que é necessário, o que é inadiável! Reforma tributária é a tarefa que se chama Brasil.

Sr. Presidente, eu solicito que o meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 2/9

79.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/06/2022-
	CD	20:12
Publ.: DCD - 08/06/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2015, sobre alteração da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), para previsão da não incidência do ICMS sobre adicional de energia elétrica, nos termos especificados. Defesa da reforma tributária e da privatização da PETROBRAS.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO é favorável à urgência.

Em linha parecida com o projeto que nós apreciamos antes, a bandeira tarifária tem característica de tributo. Então, cobrar imposto em cima da bandeira tarifária é cobrar imposto sobre imposto. O projeto é

importante para colocarmos fim a essa prática.

Agora, Presidente, é importante dizer que, por mais que nós tenhamos votado hoje projetos que vão na direção correta, precisamos resolver o problema estrutural dos combustíveis no Brasil e o problema estrutural da nossa complexidade tributária. Não vai adiantar ficarmos aqui sempre dando passos importantes, mas pequenos. Precisamos dar grandes passos para resolver o problema dos combustíveis no Brasil. Isso passa, invariavelmente, pela reforma tributária e também pela desestatização da PETROBRAS e de seus ativos. Por sinal, ela já pode vender suas refinarias. Está esperando tanto não sei por quê. Então, vamos começar a fazer mudança de verdade.

Documento 3/9

82.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/06/2022-15:08
Publ.: DCD 09/06/2022 -	- LUCAS GONZALEZ-NOVO -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Casa, de requerimentos de urgência para a votação de projetos de menor relevância. Defesa da realização da reforma administrativa e da reforma tributária.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, criação do Dia Nacional do Físico, campanha nacional de incentivo à doação de cabelo, concessão do título de cidadão honorário ao piloto Lewis Hamilton, criação do Dia Nacional do Terço dos Homens - essas matérias tiveram requerimentos de urgência aprovados pela Câmara dos Deputados nas últimas 2 semanas. É triste essa realidade, porque urgente de verdade é a reforma tributária para reduzir a carga tributária e simplificar o processo tributário; urgente de verdade é a reforma administrativa, para emagrecer a máquina pública; urgente de verdade é a necessidade de termos segurança jurídica, já que ninguém aguenta mais o ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal. Isso é urgente de verdade!

Sr. Presidente, faço aqui um pedido a esta Câmara para que se dedique a um trabalho sério e realize a reforma administrativa e a reforma tributária.

Obrigado.

Documento 4/9

82.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/06/2022- CD 18:56	
Publ.: DCD - 09/06/2022 - JOICE HASSELMANN-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da apreciação pela Casa de proposições relativas à adoção de medidas para a redução da tarifa de energia elétrica e do preço dos combustíveis. Declaração de voto favorável à emenda do Deputado Mauro Benevides Filho, sobre a não incidência do PIS/COFINS, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2015, sobre alteração da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), para previsão da não incidência do ICMS sobre adicional de energia elétrica, nos termos especificados. Defesa de realização da reforma tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu não posso deixar de registrar aqui como a Câmara tem feito o seu dever de casa no momento em que nós vemos os preços nas alturas. Nós estamos trabalhando nesse pacote, que é um pacote importante para a redução de energia elétrica. Um dos projetos que eu relatei foi aprovado ontem. Hoje, há outro projeto. E nós também temos um enfrentamento importante na pauta para a redução também dos combustíveis. A Câmara tem enfrentado esse assunto, que é um assunto fundamental para o País.

Mas eu quero registrar que nós precisamos de muito mais. Nós estamos fazendo aqui uma minirredução de impostos. Eu também votei a favor da proposta do Deputado Mauro Benevides, para que PIS e COFINS fossem retirados também dos combustíveis, mas é preciso uma reforma tributária, uma reforma tributária de verdade, uma reforma tributária ampla, para que nós possamos tornar este Estado menor, mais leve, mais magro, diminuindo o seu peso para o cidadão brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/9

83.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/06/2022-11:40
---------	---	------------------

Publ.: DCD - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG
10/06/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Resolução nº 79, de 2021, sobre a concessão ao Sr. Lewis Carl Davidson Hamilton do título de cidadão honorário da República Federativa do Brasil.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu, como alguém que gosta de esportes, obviamente reconheço os feitos do piloto Lewis Hamilton, todas as suas vitórias na Fórmula 1, o quanto ele orgulha os que torcem por ele e o quanto ele mostra ser um profissional extremamente capaz e brilhante no que faz e deve ser reconhecido - é reconhecido - mundialmente. Na semana passada, eu critiquei e volto a criticar este projeto de resolução de concessão do título de cidadão honorário brasileiro a Lewis Hamilton, a este desportista.

A meu ver, Presidente, nós temos inúmeras outras prioridades neste País, num período de inflação altíssima, em que inúmeros brasileiros voltam a passar fome, em que o desemprego não retorna aos patamares baixos que já tivemos antes, e muitos projetos que estão para ser votados neste Plenário há muito tempo, mas que estão parados. Vou dar um exemplo de alguns deles.

Há 400 dias, a reforma tributária, a PEC 45, foi avocada aqui para o Plenário, mas nunca andou. Há 174 dias, está parada, na Comissão Especial, a PEC que extingue os recursos extraordinários para poder permitir, finalmente, a prisão em segunda instância no País.

Há 258 dias, está parada a PEC do início da reforma administrativa, que vai começar a moralizar a administração pública no Brasil. Há 921 dias, está parado, desde a aprovação na Comissão Especial, o novo marco das concessões e PPPs e, há 1.275 dias, aguarda ser colocada em pauta neste plenário a PEC do fim do foro privilegiado.

Este projeto, Presidente, deixa claro para mim que, infelizmente, nós não estamos tendo prioridade no Congresso Nacional para podermos realmente endereçar os problemas estruturais em que se encontra a população brasileira. Nós podemos, sim, homenagear este cidadão, Lewis Hamilton, que parece ter carinho pelo Brasil, mas quantas são as celebridades internacionais que também têm algum carinho pelo Brasil?

Numa busca rápida na Internet, eu encontrei várias: Tom Brady é casado com uma brasileira e, no dia em que ele levantar a Bandeira do Brasil, depois de um *touch down*, vai também virar cidadão honorário do Brasil? Beyoncé, que já levou a Bandeira do Brasil várias vezes a seus shows, também merece ser cidadã honorária do Brasil? Ashton Kutcher, Matthew McConaughey, enfim, são muitos. São todos, aqui, celebridades muito boas naquilo que fazem, todos têm um carinho especial pelo Brasil. É esta a resposta que nós vamos passar a dar a todos aqueles que têm carinho pelo Brasil?

Presidente, peço a V.Exa. só um minuto. Assim, eu economizo meu minuto da orientação.

Eu fui procurado, nesta semana, porque o vídeo que eu fiz na semana passada contra a urgência ganhou certa repercussão, e vários me falaram: *"Mas ele realmente agora quer vir investir no Brasil, fazer filantropia no Brasil"*. Bill Gates faz filantropia no Brasil há anos. Agora nós vamos conceder o título de cidadão honorário a Bill Gates? Lewis Hamilton quer fazer filantropia no Brasil. Bill Gates já faz filantropia há anos no Brasil. Nós temos MacKenzie Scott, filantropa americana que tem investido milhões e milhões de reais no Brasil. Ela também vai virar cidadã honorária brasileira por conta disso?

Presidente, por mais que eu admire o atleta e profissional Lewis Hamilton, não acredito que devemos passar a conceder títulos de cidadão honorário a esses atletas, a essas personalidades, ainda mais num contexto em que eu acredito que o recurso que a sociedade investe neste Congresso Nacional deveria estar sendo investido em projetos que vão realmente mudar a vida dos brasileiros.

Por isso, o NOVO encaminha "não".

Documento 6/9

86.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/06/2022-14:44
Publ.: DCD 15/06/2022 -	- MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preguiça, incompetência e mentiras como marcas do Governo Jair Bolsonaro. Caráter enganoso da proposta do Governo Federal de redução do ICMS para diminuição dos preços dos combustíveis. Protesto contra a redução de recursos destinados às áreas da saúde e da educação. Defesa de realização da reforma

tributária. Necessidade de investigação rigorosa das responsabilidades pelo desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips na Amazônia. Banalização do desrespeito aos direitos humanos e aos povos indígenas no Brasil. Falta de estatura do Presidente Jair Bolsonaro para o exercício do cargo.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma saudação especial ao povo brasileiro, especialmente ao povo do nosso querido Maranhão, aos colegas Parlamentares, à imprensa, aos servidores da Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me reportar ao tema do ICMS, tão tratado nos últimos dias, tão debatido, e lembrar algo que é muito curioso no Governo Bolsonaro. Ele sempre tenta fugir das próprias responsabilidades, atribuindo-as a outros. Além de preguiçoso - como disse há pouco quem me antecedeu -, ele é também incompetente, muito incapaz e usa sempre um artifício muito deletério para o exercício da política.

Ele é uma pessoa que quanto mais mente, mais faz com que haja falsas promessas e incapacidade de resolver problemas concretos, como faz agora com essa solução milagrosa. Ele vai resolver o problema do preço dos combustíveis alterando o valor cobrado da alíquota de ICMS pelos Estados brasileiros. Isso não resolve o problema - é preciso que tenhamos coragem de afirmar isso aqui -, como muitos especialistas têm apontado.

E, ao mesmo tempo, retira novamente recursos da saúde e da educação. Aliás, tem sido uma obsessão de Bolsonaro retirar recursos dessas áreas.

Então, Presidente, esta Casa precisa fazer esse debate com responsabilidade, sem o artifício da mentira, que tem sido uma marca do Presidente Bolsonaro. Nós precisamos acabar com essa balbúrdia no País, no que diz respeito à tributação. Há uma balbúrdia tributária que fica o tempo inteiro protegendo aqueles que mais têm e tirando daqueles que menos têm. Isso é injusto, e é isso que precisa ser corrigido.

Há muito tempo, o Brasil clama por uma reforma tributária justa, realmente capaz de tirar menos do cidadão e fazer com que haja mais efetividade no exercício e na aplicação dos recursos públicos em nosso País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de abordar o tema que o mundo inteiro acompanha assustado e entristecido. Refiro-me ao desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e de Dom Phillips,

inclusive, com provável assassinato dos dois. É muito grave esse clima que foi criado de desrespeito aos direitos humanos, essa pregação de desrespeito aos direitos dos povos indígenas em nosso País, esse clima que se cria de uma terra sem lei. É preciso que isso seja profundamente esclarecido, investigado, punido, para que não fiquemos com a mácula da irresponsabilidade institucional, diante de um acontecimento tão grave, que faz com que o País todo esteja hoje preocupado e entristecido.

Presidente, com a permissão de V.Exa. para usar mais 10 segundos, além dos 10 segundos que me restam, concluo, lamentando outro fato. Enquanto o Brasil tem tantos problemas, enquanto precisamos que o Presidente da República seja o porta-voz da Pátria, o porta-voz da Nação perante o mundo, ele vai aos Estados Unidos e se ocupa, sobretudo, com uma motociata, na qual se encontra com um criminoso foragido da Justiça brasileira. Hoje, vergonhosamente, temos na Presidência da República uma pessoa que não tem a estatura da instituição Presidência da República. E é lamentável que tais fatos ocorram.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 7/9

86.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022- CD 19:12	
Publ.: DCD - 15/06/2022 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 18-A, de 2022, sobre alteração da Lei nº 5.172, de 1966, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, para reconhecimento como bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu me inscrevi para falar contra a matéria entendida como o PLP 18/22, no seu conjunto. No meu entendimento, é um projeto de improviso, guiado pelo desespero de um Presidente da República, com uma dose muito grande de demagogia e uma opção pelos ricos.

Trata-se de um projeto de improviso porque, nesse PLP 18/22, não fizeram sequer o cálculo direito do que é a renúncia fiscal em relação ao ICMS e aos impostos federais. Mas a estimativa é que haja uma

perda de 92 bilhões de reais, por renúncia fiscal de ICMS, mais 34 bilhões de reais, por renúncia de impostos federais. Portanto, são 126 bilhões de reais ao ano, o que significa menos recurso para saúde, educação e segurança. Juntando-se a isso a PEC dos Combustíveis, que está vindo aí, serão mais 44 bilhões de reais retirados do povo em 6 meses.

O Governo tem uma previsão, ele próprio, de uma inflação que vai crescer de 4,2% para 5,6% este ano. O crescimento do PIB no ano que vem, com essa confusão no Governo Bolsonaro, será de 0,2% - isso é menor do que o PIB do Haiti, para não falar em outros países do Caribe e da América Latina. A dívida bruta vai passar de 79% para 82% do PIB com esse PLP. E o Governo, sem planejar a reforma tributária, faz uma projeção de queda de inflação de 2%, que não irá acontecer, porque continua o preço dolarizado, e a carestia vai seguindo; a própria PETROBRAS já está pedindo um aumento de preço no combustível, na gasolina, agora de 6% a 7%.

Há improviso puro do Governo, misturado, é claro, com desespero, pela pesquisa, e com a demagogia da carestia, porque esse Governo também não fortalece a agricultura familiar, a produção de alimentos, e, portanto, os produtos não são barateados. E há opção pelos ricos, porque tem que se colocar dinheiro para os acionistas, os grandes banqueiros internacionais. Hoje, esses sim, predominam na PETROBRAS, porque nós temos um Presidente frouxo, que não tem coragem de fazer uma intervenção real para que se baixe o preço dos combustíveis. Então, agora, serão prejudicados Estados, Municípios - leia-se: serão prejudicados os professores, as professoras, a educação pública, o Sistema Único de Saúde e a própria segurança nos Estados.

Esse improviso tem que ser derrotado. Não é possível governar desta forma, apenas para se tentar ganhar uma eleição, que, diga-se de passagem, está perdida.

Bolsonaro, está perdida esta sua eleição!

Documento 8/9

90.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 21/06/2022-
	CD	18:40
Publ.: DCD - 22/06/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação de requerimento de destaque para votação em separado, com vistas à rejeição, do art. 6º do projeto de lei de conversão

apresentado à Medida Provisória nº 1.104, de 2022, sobre alteração da Lei nº 8.929, de 1994, acerca da instituição da Cédula de Produto Rural, e da Lei nº 13.986, de 2020, para disposição sobre o Fundo Garantidor Solidário.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO entende os argumentos aqui trazidos pela indústria do trigo, mas o que está sendo feito com esse artigo é parte do diagnóstico que temos em relação a todo o sistema tributário brasileiro. Toda indústria que se sente prejudicada por algum motivo específico busca trazer um benefício pontual para si para tentar aliviar sua dor, mas nunca se resolve o problema na raiz, que é fazer uma verdadeira reforma tributária.

Por sermos contrários a esses benefícios setoriais, que acabam por tirar a pressão da sociedade, para resolvermos o problema da tributação no Brasil de uma vez por todas, que só vai ser resolvido por meio de uma reforma tributária, nós somos contrários a esse artigo.

Portanto, votamos "não", esperando um dia podermos, finalmente, votar a reforma tributária, que vai simplificar de uma vez por todas o complexo sistema tributário do País.

Obrigado.

Documento 9/9

99.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2022- CD 21:40
Publ.: DCD - 30/06/2022 - REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado, com vistas à rejeição, do art. 6º-B da Lei nº 10.820, de 2003, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 1.106, de 2022, sobre alteração das Leis nºs 10.820, de 2003, 8.213, de 1991, e 8.112, de 1990, para ampliação da margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, aos segurados do regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais, aos servidores públicos federais e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorização da realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e de programas federais de transferência de renda; da Lei nº 13.846, de 2019, para disposição sobre a restituição de valores aos cofres públicos; e da Lei nº

14.284, de 2021, para alteração de procedimentos relativos à concessão do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. Protesto contra o desmantelamento do Programa Bolsa Família pelo Governo Jair Bolsonaro. Deficiências do programa Auxílio Brasil. Inoperância do governo quanto aos efeitos nocivos da política de preços dos combustíveis e derivados de petróleo no Brasil. Queda do poder de compra do povo brasileiro. Esquema de desvio de recursos públicos no Ministério da Educação. Desestruturação do País pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT vota "não" e compreende que nós precisamos estar ao lado do povo brasileiro. É inaceitável que o Governo autorize um empréstimo consignado, na casa de 40% da renda, baseado num programa provisório. O programa é até dezembro. O Governo está autorizando-o, fez a tentativa na medida provisória que criou o Auxílio Brasil, e foi derrotado nesta Casa.

Eu quero fazer um apelo a esta Casa. Nós não podemos levar 20 milhões de famílias para a inadimplência, para ajudar o sistema financeiro. Nós precisamos, na verdade, criar um programa que seja permanente e consistente. O Auxílio Brasil, como foi aprovado aqui, só funcionou 1 mês. Depois se voltou a ser um programa com o piso de 400 reais.

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - Deputado Reginaldo Lopes, quero somente fazer um pedido. Vamos abrir o painel para a votação?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela. PL - MG) - O painel está aberto.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Obrigado, Presidente.

Na verdade, destruíram o Bolsa Família, programa que enfrentava a extrema pobreza e organizava uma renda *per capita* por família. Agora, não, agora criaram um piso de 400 reais unipessoal. Se a família tiver um membro, serão 400 reais; mas as famílias que têm três filhos ou quatro filhos - e ali ainda pode morar a avó e o avô - também recebem 400 reais.

Esse é um programa que não é estruturado, não é federativo; é um

arranjo, é um improviso. E querem permitir que essas famílias fiquem vulneráveis ao vendedor de dinheiro, ao vendedor de crédito.

Em Minas Gerais há 853 Municípios, muitos dos quais estão se tornando dormitórios, porque chega a eles o vendedor de dinheiro, o vendedor de crédito, o vendedor de dívidas, e as famílias vão pegando esse recurso. Assim, o recurso sai do pequeno Município e vai para o grande centro, para o sistema financeiro, o que faz com que a mercearia ou a loja local daquela cidade venda cada vez menos e tenha cada vez menos capacidade de gerar emprego e renda na comunidade. Portanto, não é a saída.

A saída para o País é ter coragem de fazer uma reforma tributária adequada, é ter coragem de apresentar um programa de obras públicas, é ter coragem de resolver os grandes gargalos para gerar empregos e também arrecadação e tributos, é ter coragem de voltar a uma política de valorização do salário mínimo para o povo brasileiro. É por meio de um salário mínimo valorizado, com ganho real, que nós poderemos recuperar as pequenas economias e o poder de compra do povo brasileiro. Mas é preciso coragem, coisa que o Governo não tem.

As ações do Governo Bolsonaro vão no sentido contrário: tiram dos pobres para entregar para os super-ricos. São arranjos. O Governo não tem coragem, por exemplo, de mexer na política de preços dos combustíveis e derivados de petróleo no Brasil, que tem causado efeitos colaterais gravíssimos a toda a economia e ao povo brasileiro, inclusive ao cidadão que vai ter acesso ao consignado. Isso altera a taxa de empréstimo, altera o valor que vai ser cobrado nos juros. Já alterou. Nós saímos de 2% de taxa SELIC para 3,25%. A inflação real na vida do povo mais pobre, na área da alimentação, é três vezes superior à inflação geral e já está em 27% ou 28%, o que tem feito com que o trabalhador que recebe um salário mínimo ou até dois salários mínimos - e são 70% - não tenha poder de compra. E também é evidente que esse recurso, hoje de 400 reais, tem menor poder de compra do que tinha o Bolsa Família, que não sofreu correção pelo Governo Temer e nem pelo Governo Bolsonaro.

Portanto, nós precisamos conversar, nós precisamos apresentar um diálogo novo para a sociedade brasileira, mas com propostas consistentes, para recuperarmos a economia deste País, o que não conseguiremos adotando esses arranjos e, menos ainda, decretando emergência depois de 3 anos e quase 7 meses. A única emergência aqui é a emergência eleitoral do Governo, que está derrotado, mas não pode por isso comprometer a estrutura do País. Não podemos levar o Brasil para essa aventura, a aventura de um Governo que teve como primeira ação romper o Ministério do Planejamento. O País não tem mais nenhum planejamento, não tem nada estruturado mais. Desorganizaram tudo, todos os programas sociais e todas as políticas

públicas deste País.

Conseguiram destruir, por exemplo, Deputado Afonso Florence, a estrutura de controle social do Ministério da Educação, no FNDE.

Tiraram toda a pactuação dos subnacionais, dos Estados e dos Municípios, daquelas escolas que tinham o menor IDEB, que ali poderiam pactuar tanto apoio pedagógico como equipamentos e reformas, infraestrutura, para conseguir melhorar o aprendizado, o seu indicador, do ponto de vista educacional, para fazer uma relação de troca com pastores, que estabeleceram um MEC paralelo, que montaram uma quadrilha no Ministério da Educação, a mando, de acordo o Ministro Milton Ribeiro, do próprio Presidente da República, do próprio Bolsonaro. Essa foi a fala do próprio ex-Ministro Milton Ribeiro.

Na verdade, o País está muito desorganizado. E o nosso papel aqui no Parlamento é representar o povo, é fiscalizar, é propor soluções mais definitivas, soluções mais estruturantes para o País, e não entrar nessa aventura eleitoreira do Governo Bolsonaro. É uma irresponsabilidade o que nós estamos fazendo aqui!

Por que este Parlamento rejeitou, quando criou o Auxílio Brasil e destruiu o Bolsa Família, permitir consignado nas políticas sociais do País, nas políticas de transferência de renda? E agora, às vésperas das eleições, este Parlamento vai autorizar essa aventura? Por quê? Para aumentar a base de dinheiro na economia e promover algum crescimento momentâneo, do ponto de vista do PIB, para tentar enganar o povo, fazendo um estelionato eleitoral, comprometendo a vida ou alimentação dos filhos dessas famílias? O dinheiro que vai sair, vai comprometer a alimentação, no próximo mês, das famílias que mais necessitam.

Nós temos que olhar para os mais pobres, nós temos que preservar a renda dessa comunidade. Ao contrário de fazer essa política de ampliação de crédito, nós deveríamos criar uma política de incentivo ao empreendedorismo para essas famílias. Nós deveríamos criar crédito orientado. O BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil deveriam emprestar a fundo perdido, patrocinar pequenas atividades econômicas nos Municípios. Deveriam proporcionar aos pais beneficiários do Auxílio Brasil uma inserção produtiva, orientada, para eles produzirem, entrarem no empreendedorismo, mas não com crédito, e sim com aporte de dinheiro público, para gerar emprego e renda e tirar aquele Município da condição de cidade-dormitório para cidade sustentável, cidade onde as pessoas conseguem empreender para vender...

(Desligamento automático do microfone.)

